

*Denise Tolfo Silveira, Fernanda Peixoto Córdova
e André Luis Machado Bueno*

INTRODUÇÃO

Esta unidade explora os usos das tecnologias de informação e comunicação (NTIC) na pesquisa científica, exemplificando as principais ferramentas de busca e trazendo elementos sobre a utilização ética de tais tecnologias.

OBJETIVOS

Os objetivos desta Unidade são:

- (1) identificar ferramentas de busca de informação através das tecnologias de informação e comunicação;
- (2) discutir os critérios de seleção das fontes de informação; e
- (3) identificar e discutir os principais problemas éticos e profissionais na utilização das NTIC na pesquisa científica.

5.1 USOS DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As tecnologias de informação e comunicação disponibilizam grande volume e diversidade de informações que implicam o desenvolvimento de habilidades e a reconstrução permanente de conhecimentos que tornam a seleção e o tratamento da informação eficientes e objetivos.

No âmbito da pesquisa, as tecnologias de informação e comunicação possibilitam:

- ▶ a elaboração e o gerenciamento dos projetos;
- ▶ o gerenciamento de recursos materiais, humanos e financeiros dos projetos;
- ▶ a pesquisa bibliográfica;
- ▶ a coleta de dados, a aquisição de sinais, imagens e dados laboratoriais, o controle de equipamentos de laboratório;
- ▶ a análise estatística e numérica de dados;
- ▶ a descoberta automática (simulação);
- ▶ o uso de ferramentas de apoio à publicação, ilustração e apresentação em congressos e intercomunicação.

5.1.1 Ferramentas de apoio à pesquisa

5.1.1.1 FERRAMENTAS DE BUSCA BIBLIOGRÁFICA EM BASES DE DADOS

A preparação cuidadosa de uma pesquisa bibliográfica é condição essencial para seu sucesso de uma pesquisa. Quanto mais adequada for essa preparação, mais rapidamente os resultados serão atingidos (FONSECA, 2002).

É importante que o pesquisador se lembre que, durante a pesquisa, é possível introduzir alterações. Na preparação da busca de informação, devem ser levados em conta alguns aspectos, tais como:

- ▶ a definição do contexto da busca (o tipo de informação que se deseja, o tempo disponível para a busca, o volume de informação desejada);
- ▶ o procedimento de busca (que envolve dividir a informação em itens, classificar os itens por ordem de importância, selecionar palavras chaves para os itens);
- ▶ a consciência das limitações de ordem linguística (a informação disponível é redigida em inglês e os mecanismos de tradução não são precisos); as limitações de ordem cronológica (nem sempre é possível enquadrar a informação temporalmente); a limitação geográfica (a informação disponível provém de uma minoria de países); as limitações de credibilidade (a informação disponível nem sempre é fidedigna);
- ▶ a seleção dos recursos disponíveis na *World Wide Web* (www): índices, catálogos, meta pesquisas, etc.

Índices ou mecanismos de busca: funcionam como listas telefônicas, devendo o assunto ser procurado em seus arquivos ou bancos de dados.

Catálogos: agrupam os endereços encontrados por categoria, facilitando a busca.

Metabúscua: dispõem de mecanismos que acessam a vários índices simultaneamente, economizando tempo e aumentando as chances de encontrar o que se está procurando.

Os catálogos de bibliotecas são organizados, em geral, por títulos, autores e assuntos. Nesses catálogos podem ser encontrados livros, folhetos, dissertações, teses e materiais especiais (CD-ROM, vídeos, etc.) disponíveis no acervo da biblioteca, mas não os artigos publicados em periódicos ou em coletâneas.

Muitas bibliotecas já oferecem catálogos em meio eletrônico, para consulta no local ou via conexão remota online via Internet. Navegue no Sistema Automatizado de Bibliotecas (SABi)/UFRGS, veja o tutorial disponibilizado a seguir.

INFORMAÇÃO

RECURSOS SABi/Web: <<http://www.biblioteca.ufrgs.br/TreSabiWeb22.pdf>>. Atenção: salve este arquivo em pdf em sua área de trabalho e, após, abra o arquivo para visualizar o tutorial de como utilizar o SABi/UFRGS.

A pesquisa de periódicos

A pesquisa de artigos de periódicos se dá por meio de índices especializados que mantêm, para uma determinada área de conhecimento, um levantamento de artigos de um grande número de periódicos. Nos índices, os arquivos são indexados por palavras-chave, autor, título e assunto, e incluem as referências dos que autores foram citados, e por quem, os resumos e/ou textos completos dos artigos.

Atualmente, a maioria dos índices especializados é comercializada; mas eles podem ser consultados nas bibliotecas que os subscrevem, disponíveis online ou nas versões eletrônicas em CD-ROM ou em disquetes. Devido a restrições de direitos autorais, alguns incluem o texto completo dos artigos de parte dos periódicos indexados. Nesses casos, os artigos podem ser impressos.

O Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) disponibiliza para professores, pesquisadores, alunos e funcionários de 163 instituições de ensino superior e de pesquisa em todo o país acesso imediato à produção científica nacional e internacional.

Esse serviço oferecido pela CAPES possibilita acesso aos textos completos de artigos de mais de 11.419 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e a mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet.

O uso do Portal é livre e gratuito para os usuários das instituições participantes. O acesso é realizado a partir de qualquer terminal ligado à Internet localizado nas instituições ou por elas autorizado.

INFORMAÇÃO

Veja como o Portal pode ser acessado por membros da UFRGS fora da universidade: (<<http://www.biblioteca.ufrgs.br/capes.htm>>).

A revista *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 12, n. 1, Rio de Janeiro, jan./mar. 2007, inclui vários artigos sobre agrotóxicos e questões agrárias.

5.1.1.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Dados estatísticos também podem ser encontrados na Web:

- ▶ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
(<<http://www.ibge.gov.br/>>)
- ▶ Estatísticas da Previdência Social – MPAS
(<<http://www.mpas.gov.br/12.htm>>)
- ▶ Social Indicators of Development, World Bank – CIESIN
(<<http://www.ciesin.org/IC/wbank/sid-home.html>>)
- ▶ Trends in Developing Economies –TIDES, World Bank
(<<http://www.ciesin.org/IC/wbank/tde-home.html>>)

- ▶ World Tables, World Bank, 1972-1992, 1994 edition
(<http://www.ciesin.org/IC/wbank/wtables.html>)
- ▶ FEE – Fundação de Economia e Estatística
(<http://www.fee.tcche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>)

5.2 ÉTICA, PLÁGIO

Ética é uma palavra de origem grega, com duas etimologias possíveis. A primeira é a palavra *éthos*, com *e* curto, que pode ser traduzida por “costume”; a segunda, que também se escreve *éthos*, porém com *e* longo, significa “propriedade do caráter”. A primeira é a que serviu de base para a tradução latina *moralis*, enquanto a segunda é a que, de alguma forma, orienta a utilização atual que damos à palavra *ética*. Ética é a investigação geral sobre aquilo que é bom (MOORE, 1975, p. 4). De acordo com o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, ética é o “estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana susceptível de qualificação do ponto de vista do bem o do mal”.

Já **plágio** pode ser definido como o ato de assinar ou apresentar uma obra intelectual de qualquer natureza (texto, música, obra pictórica, fotografia, obra audiovisual) contendo partes de uma obra que pertença a outro autor, sem colocar os créditos para esse autor original.

Segundo Lécio Augusto Ramos, professor de Metodologia da Pesquisa do curso de Comunicação Social da Universidade Estácio de Sá (disponível em: <http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=3974>), há três tipos muito comuns de plágio:

- ▶ **plágio integral** – a transcrição, sem citação da fonte de um texto completo;
- ▶ **plágio parcial** – a cópia de algumas frases ou parágrafos de diversas fontes, para dificultar a identificação;
- ▶ **plágio conceitual** – a apropriação de um ou vários conceitos, ou de uma teoria, que o autor de um texto apresenta como se fossem seus.

De acordo com a legislação, há outros conceitos relacionados com plágio:

- ▶ **heteroplágio** – o fato de um autor apropriar-se de obra de outra pessoa.
- ▶ **autoplágio** – o fato de um autor copiar trechos seus e distribuí-los em diferentes artigos como se fossem originais.

Veja, a respeito de plágio, os artigos 5º, 8º e 9º da Resolução 07/2004 – Código disciplinar discente da UFRGS (<http://www.ufrgs.br/cepe/Res07-04.htm>).

5.2.1 Legislação: *sítes*

É possível encontrar na Internet compilações de instrumentos legais:

- ▶ Legislação Brasileira, Senado Federal (<http://www.senado.gov.br>)
- ▶ Diário Oficial, Imprensa Nacional (<http://www.in.gov.br>)

INFORMAÇÃO

Para recuperar a informação eletrônica pela Internet, veja
(<<http://www.ced.ufsc.br/~ursula/papers/buscanet.html>>).

A respeito de plágio eletrônico e ética, leia o artigo do **Anexo D**.

A respeito de ética, veja (<<http://www.ufrgs.br/bioetica/etica.htm>>).

5.3 REFERÊNCIAS

MOORE, G. E. *Princípios éticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

GOLDIM, J. R. Bioética e interdisciplinariedade. *Educação, Subjetividade & Poder*, v. 4, p. 24-8, 1997.

Bibliografia de base

DEMO, P. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, E. M. de A.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

Bibliografia complementar

BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CHALMERS, A. *O que é ciência, afinal?* Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FODDY, W. *Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta, 1996.

FOUREZ, G. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1995.

GRANGER, G. G. *A ciência e as ciências*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.

KÖCHE, J. C. *Fundamentos de metodologia científica: teoria e prática da pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1991.

LAVILLE, C.; DIONE, J. *A construção do saber: manual de metodologia em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MACEDO, N. D. *Iniciação à pesquisa bibliográfica: um guia do estudante para a fundamentação de pesquisa*. São Paulo: Loyola, 1994.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2001.

- SALOMON, D. V. *Como fazer uma monografia*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1987.
- SEABRA, G. F. *Pesquisa científica: o método em questão*. Brasília: Ed. da UnB, 2001.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2000.
- THIOLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Agradecimento:

Manifestação de gratidão do autor da pesquisa às pessoas ou entidades que colaboraram em seu trabalho. Deve ser curto e objetivo.

Amostra:

Parcela significativa da população ou do universo pesquisado, geralmente aceita como representativa.

Análise:

Estudo pormenorizado de cada parte do todo, para conhecer melhor sua natureza, suas funções, relações, causas, etc. Constitui a tarefa central da pesquisa.

Anexo:

Documento, não elaborado pelo autor do relatório de pesquisa, que constitui um suporte para fundamentação, comprovação, elucidação ou ilustração do texto. É um elemento opcional.

Apêndice:

Documento, texto, artigo ou outro material qualquer, elaborado pelo próprio autor, e que se destina apenas a complementar as ideias desenvolvidas no decorrer do trabalho. É um elemento opcional.

Bibliografia:

Lista de obras citadas, consultadas ou sugeridas pelo autor do trabalho de pesquisa.

Capa:

Serve para proteger o trabalho. Nela devem constar o nome do autor, o título do trabalho e a instituição onde a pesquisa foi realizada.

Capítulo:

Cada uma das partes do relatório de pesquisa. O primeiro capítulo conterà a Introdução, e o último, a Conclusão do autor. Entre eles, as partes que relatam o desenvolvimento e os resultados da pesquisa.

Ciência:

Conjunto organizado de conhecimentos relativos a um determinado objeto, acumulados por meio de métodos próprios de coleta e análise de dados.

Citação:

Transcrição ou a menção de obras ou partes de obras ou outros documentos.

Coleta de dados:

Fase da pesquisa em que se reúnem dados ou informações por meio de técnicas e instrumentos específicos.

Conclusão:

Parte final do trabalho, onde o autor avalia e resume os resultados obtidos, propondo soluções e aplicações práticas.

Conhecimento científico:

Conhecimento racional, sistemático, exato e verificável da realidade. Sua consistência está nos procedimentos de verificação adotados segundo os princípios da metodologia científica.

Conhecimento empírico:

Conhecimento baseado na experiência e na observação, metódicas ou não.

Conhecimento filosófico:

Conhecimento especulativo sobre fenômenos, fruto do raciocínio e da reflexão humana. Busca dar sentido aos fenômenos gerais do universo, ultrapassando os limites formais da ciência.

Conhecimento teológico:

Conhecimento baseado na revelação, ou seja, na palavra de Deus comunicada aos homens. Por sua natureza, não pode ser confirmado ou negado, pois depende da fé ou crença religiosa de cada indivíduo.

Corpo do texto:

Desenvolvimento do tema pesquisado, dividido em partes, capítulos ou itens, entre a Introdução e a Conclusão.

Cronograma:

Planejamento das diferentes atividades da pesquisa, de acordo com a metodologia adotada, distribuídas dentro de períodos predeterminados de tempo. É geralmente esquematizado graficamente.

Dedicatória:

Parte pré-textual opcional, em que o autor homenageia afetivamente alguma pessoa, ou um grupo de pessoas, ou outras instâncias.

Dedução:

Processo de raciocínio através do qual é possível, partindo de uma ou mais premissas aceitas como verdadeiras, a obtenção de uma conclusão necessária e evidente.

Despesas de pessoal:

Descrição das despesas decorrentes do pagamento de pessoal, seja por contratação temporária, seja por contratação pela CLT.

Dialética:

Arte do diálogo ou da discussão, baseada na força da argumentação.

Dissertação:

Relatório de pesquisa científica sobre um tema único e bem delimitado, com aprofundamento superior ao de uma monografia, para a obtenção do grau de Mestre, por exigência do Parecer n. 977/65 do então Conselho Federal de Educação.

Entrevista:

Instrumento de pesquisa utilizado com o objetivo de coletar dados, oralmente ou por escrito, numa interação entre o pesquisador e os informantes.

Epistemologia:

Conjunto de conhecimentos que tem por objetivo determinar a natureza, as características gerais e o alcance do conhecimento humano, refletindo especialmente a respeito das relações entre sujeito e objeto. É também chamada de **Teoria do Conhecimento**.

Experimento:

Situação provocada com o objetivo de observar, sob controle, a relação que existe entre determinados fenômenos.

Fichamento:

Processo de anotações de coletas de dados registradas em fichas para posterior consulta.

Folha de Rosto:

Folha seguinte à capa, que deve conter as mesmas informações contidas na capa e as informações essenciais sobre a origem do trabalho.

Glossário:

Conjunto de termos e expressões correntes em trabalhos de pesquisa ou pouco conhecidas pelo virtual leitor, acompanhadas de definição.

Gráfico:

Representação plana de dados físicos, econômicos, sociais ou outros, por meio de grandezas geométricas ou de figuras.

Hermenêutica:

Teoria ou ciência voltada à interpretação dos signos e de seu valor simbólico.

Hipótese:

Suposição que se faz na tentativa de explicar o problema formulado em relação ao tema da pesquisa. A hipótese é provisória, podendo ser posteriormente confirmada ou negada.

Indicadores:

Quantificação da realidade com vistas a oferecer um panorama em relação, por exemplo, à qualidade de vida da população de um país, à sua esperança de vida ao nascer, ao acesso à água potável, à educação.

Índice (ou Índice remissivo):

Relação alfabética detalhada dos assuntos, nomes de pessoas, nomes geográficos, acontecimentos citados no decorrer do trabalho, acompanhados da indicação das páginas em que ocorrem no texto. Alguns autores usam o termo **Índice** com o mesmo sentido de **Sumário**.

Indução:

Raciocínio que parte de dados particulares (fatos, experiências) e, por meio de uma seqüência de operações cognitivas, chega a leis ou conceitos mais gerais, indo da experiência à teoria.

Instrumento de pesquisa:

Meio utilizado pelo pesquisador para a coleta de dados, como o são, por exemplo, questionários, entrevistas, gravações.

Introdução:

Primeira parte de um relatório de pesquisa, onde o pesquisador apresenta, em linhas gerais, o que o leitor encontrará no corpo do texto. Apesar do nome Introdução, é a última parte a ser redigida pelo autor.

Justificativa:

Parte fundamental do projeto de pesquisa, onde se expõem as razões de ordem teórica (desenvolvimento da ciência) e de ordem prática (aplicação da ciência) pelas quais a pesquisa proposta é importante.

Material permanente:

Conjunto de materiais usados na pesquisa que têm duração contínua, ou que se desgastam mais dificilmente, tais como automóveis, materiais audiovisuais (projetores, retroprojetores, máquinas fotográficas, filmadoras), mesas, cadeiras, armários, geladeiras, computadores, etc.

Material de consumo:

Conjunto de materiais que têm duração limitada, ou que se consomem e se desgastam, tais como giz, filmes fotográficos, fitas de vídeo, gasolina, material de limpeza (sabão, detergentes, vassouras, etc.).

Método:

Conjunto sistemático de regras e procedimentos que, se respeitados em uma pesquisa científica, conduzem a resultados consistentes.

Metodologia:

Corpo de regras e diligências estabelecidas para realizar uma pesquisa científica. Pode significar o mesmo que **Método**.

Monografia:

Tratamento por escrito de um tema específico bem delimitado. Pode ser considerado em dois níveis: de iniciação à ciência, em sentido amplo; ou de pesquisa científica, em sentido estrito.

Objetivo:

Finalidade, meta pela qual se realiza a pesquisa. Procura explicitar o que se pretende alcançar com a execução da pesquisa. Normalmente se distinguem objetivos gerais e objetivos específicos.

Paráfrase:

Reprodução do conteúdo de um texto ou de uma passagem de um texto por meio de palavras diferentes das empregadas pelo autor.

Pesquisa:

Ação metódica ou investigação através da qual se busca uma resposta a um problema de natureza científica.

Pesquisa disciplinar:

Aquela que usa o conhecimento de uma determinada disciplina para investigar e analisar um objeto de estudo.

Pesquisa interdisciplinar:

Aquela que torna possível o diálogo e a colaboração entre disciplinas diferentes no estudo de um problema comum, com base nos saberes e na articulação das ciências.

Pesquisa multidisciplinar:

Aquela que abrange muitas disciplinas, devendo, no entanto, a elaboração do problema de pesquisa caber a cada uma delas.

Pesquisa transdisciplinar:

Forma específica de auto-organização do conhecimento, que tenta estabelecer conexões com outros subsistemas externos ao domínio científico, em complexas interações com os sistemas de ordenamento político, da economia e da cultura.

Polissêmico:

Adjetivo que se refere a palavras com mais de um significado.

Premissa:

Cada uma das proposições que compõem um silogismo e nas quais se baseia a conclusão. Por extensão, é o ponto ou a ideia de que se parte para armar um raciocínio.

Problema:

Questão inicial, marco referencial inicial que lança o pesquisador a seu trabalho de pesquisa.

Problematização:

Formulação do problema, que consiste em dizer, de maneira clara, explícita, compreensível e operacional, qual é a dificuldade que se pretende resolver, limitando sua abrangência e apresentando suas características.

Recursos financeiros:

Descrição minuciosa de todo o dinheiro necessário para cobrir as despesas previstas para a realização da pesquisa, seja para Material Permanente, seja para Material de Consumo, seja para Pessoal.

Resenha:

Análise crítica ou informativa sintética de um livro ou parte de um livro, de um artigo ou de outro tipo de documento. É também chamada de **Recensão**.

Revisão de Literatura:

Fase da pesquisa em que se recolhem informações documentais sobre os conhecimentos já acumulados acerca do tema da pesquisa. Literatura significa, nesta expressão, o conjunto de obras científicas, filosóficas, etc. sobre determinado assunto, matéria ou questão. É o mesmo que **Revisão Bibliográfica**.

Técnica:

Forma segura e ágil para se cumprir algum tipo de atividade, com a utilização de instrumental apropriado.

Teoria:

Conjunto de princípios e definições que servem para dar organização lógica a aspectos selecionados da realidade empírica. As proposições de uma teoria são consideradas leis se já foram suficientemente comprovadas e hipóteses se constituem ainda problema de investigação (Goldenberg, 1998, p. 106-7).

Tese:

Trabalho científico acadêmico, mais avançado que a Dissertação, distinguindo-se desta por constituir uma contribuição original para a solução de problemas e para o avanço científico na área em que o tema é tratado.

Tópico:

Subdivisão do assunto ou do tema.

Universo:

Totalidade de indivíduos (pessoas, animais, coisas, entidades, etc.) que possuem as mesmas características, definidas para um determinado problema a ser pesquisado. Em pesquisa, é sinônimo de **População**.

Variáveis:

Características pelas quais os indivíduos de um universo ou de uma população se distinguem entre si, tais como sexo, idade, peso, estatura, formação, classe social e outras.

Palavras e expressões latinas utilizadas em relatórios de pesquisa

apud ou **ap.** = *citado por, conforme, segundo*. É usada em citações de segunda mão, ou seja, para indicar a fonte de uma citação indireta.

et alii ou **et al.** = *e outros*. É usada quando a obra foi executada por mais de três autores: cita-se o nome do primeiro, seguido da expressão **et alii** ou **et al.**

ibidem ou **ibid.** = *no mesmo lugar, na mesma obra*. Permite evitar a repetição do título de uma obra já citada.

idem ou **id.** = *o mesmo (autor)*. Permite evitar a repetição do nome do autor já citado.

in = *em*. É usada para indicar em que obra se encontra determinado artigo, capítulo ou parte citada.

infra = *abaixo; linhas ou páginas adiante*.

ipsis litteris = *literalmente, com as mesmas palavras*. É usada para expressar que a citação é fiel, ou literal.

ipsis verbis = *com as mesmas palavras, literalmente*. É usada da mesma maneira que **ipsis litteris**.

loco citato ou **loc. cit.** = *no lugar citado, ou seja, na obra citada*.

opus citatum ou **op. cit.** = *na obra citada*.

passim ou **pass.** = *aqui e ali; em várias passagens*.

sequentia ou **seq.** ou **et seq.** = *e seguintes; que se seguem*.

sic = *assim*. É usada para indicar que o original está reproduzido exatamente, por errado ou estranho que possa parecer.

supra = *acima; linhas acima ou páginas atrás*.

NOTAS PARA A ELABORAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO MÉTODO DE OBSERVAÇÃO

Tatiana Engel Gerhardt

A observação participante

É a inserção prolongada do pesquisador em um meio de vida, de trabalho. Defrontamos-nos *em carne e osso* com a realidade que queremos estudar. Devemos observar mais de perto os que a vivem e interagir com eles. Nessa expressão temos observação e participação. Temos então dois tipos de situações que se combinam: o pesquisador é testemunha (estamos na observação) e o pesquisador é co-ator (estamos na interação, na participação).

A observação permite descrever o que vemos, mas também faz emergir questões (que serão exploradas nas entrevistas) sobre o que procuramos compreender das representações, do simbólico, das relações sociais, das interações lógicas, etc. Essas questões não podem ser coletadas como, por exemplo, um conjunto (ou uma amostra) de pedras que reunimos e colocamos numa caixa e enviamos para um laboratório para análise. A compreensão dessas questões (subjetivas) se constrói, não está dada.

Se o conceito de observação comporta muitas coisas em sua definição, o de participação é muito mais evasivo. Seu objetivo é mergulhar na vida de uma comunidade, de um serviço, de um grupo social, etc. Porque estar no ambiente é uma condição necessária para acessar a fontes de informações importantes e diversas, em campos aparentemente distantes do problema estudado, mas que permitem compreender o fenômeno em toda a sua extensão.

Impregnar-se: Não tiramos um peixe fora da água para ver como ele nada.

Quando a observação levanta questões, às vezes modifica a problemática inicial.

Assim sendo, como um pesquisador pode “pensar” as boas questões a serem colocadas sobre determinado tema, se ele se contenta com partir de seus próprios pressupostos, de seus próprios quadros de pensamento?

Dessa forma, em visitas sistemáticas aprofundamos, aperfeiçoamos a compreensão das coisas, sabendo que de todo jeito haverá conhecimento a que não teremos acesso (segredos). Uma problemática inicial pode, graças à observação, modificar-se. Ou seja:

Não partimos para colorir um desenho previamente traçado.

Partimos com uma problemática que permite fazer um guia de observação, não de observação inocente, mas de observações estruturadas em função do que pesquisamos. Mas cabe ao pesquisador de campo:

- ⇒ observar aquilo para o que não está preparado;
- ⇒ estar em condições de produzir dados que o obrigarão a modificar suas próprias hipóteses.

A pesquisa de campo deve se dar por objetivo desmentir o provérbio bambara:

O estrangeiro só vê o que já conhece.

É uma regra básica e uma posição epistemológica: a definição e os limites do objeto não são colocados *a priori*, mas construídos ao longo da pesquisa e submetidos a eventuais reajustes à medida que esta vai evoluindo.

Os indivíduos para este tipo de abordagem: são indivíduos não abstraídos de suas condições concretas de existência, de trabalho, etc., diferentemente dos indivíduos pesquisados por amostra e que devem ser representativos de variáveis abstratas e padronizadas.

É importante ter consciência da postura intelectual que está por trás. Para os antropólogos, a construção do objeto de estudo se apoia no ponto de vista êmico; ou seja, que tenta apreender o objeto a partir de categorias pertinentes para o informante. Portanto, todos esses elementos fazem parte do papel do pesquisador (indireto, mas importante), que ajuda a:

- ⇒ avançar dentro de uma problemática;
- ⇒ decodificar fatos e gestos;
- ⇒ aprender certos códigos que ajudarão a passar o mais despercebido possível em seu campo.

Essas questões influenciam o trabalho de campo, como também, inconscientemente, mas eficazmente, a maneira de interpretar os dados relativos à pesquisa. Podemos comparar isso ao aprendizado de uma língua. O domínio que o pesquisador adquire sobre os sistemas de sentido do grupo que ele estuda é obtido, em grande parte, de forma inconsciente, como uma criança que aprende sua língua materna. Portanto, **vá ao barzinho, após o trabalho, com as pessoas que participam de seu trabalho de campo!**

Questionar-se sobre determinado tema não é possível somente fazendo entrevistas com os indivíduos e observando-os trabalhar. É essencial também acompanhar os indivíduos que não estão trabalhando, ou fora de sua hora de trabalho. É nesses momentos que eles dirão coisas importantes e que poderemos vê-los ou ouvi-los, questionando-os diretamente sobre o objeto que nos interessa.

A observação participante é, portanto, uma forma de produção de dados que provém da pesquisa de campo e que pode ser utilizada antes ou depois das entrevistas, e também de forma isolada. Nela o pesquisador é testemunha e co-autor.

Resumidamente: A informação coletada a partir de um caso particular (discurso sobre um determinado tema e suas práticas) constitui, na metodologia qualitativa, uma forma particular de um fenômeno que é mais geral, mais amplo. Os casos concretos tomados em sua singularidade não são considerados como representativos, mas exemplares, pois não estamos em uma pesquisa de representatividade no sentido quantitativo. Os casos, os indivíduos, as situações são exemplares, e nesse sentido ilustram fenômenos que reencontramos em outros lugares, em outros grupos. A partir de um único indivíduo, veremos que o menor de nossos atos é sustentado pela cultura. Não procuramos, portanto, estabelecer uma amostra no sentido quantitativo do termo, na medida em que uma realidade ou uma determinada situação não tem necessidade de ser representativa no sentido estrito para ser pertinente qualitativamente. A partir do estudo de qualquer caso individual, podemos então aprender tantas coisas quanto em casos múltiplos.

Na abordagem qualitativa, um informante não pode ser considerado somente representante da cultura estudada, porque os fenômenos observados junto aos sujeitos tomam uma coloração diferente, segundo a história pessoal de cada um. O informante é, ao contrário, uma testemunha e um produto, cujos pensamentos, raciocínios lógicos e práticas remetem às lógicas sociais e a determinados sistemas simbólicos. E é recorrendo a muitos estudos de casos individuais, que se respondem uns aos outros, portanto através da comparação das perspectivas das situações de uns e outros, que medimos a tensão existente entre fenômenos individuais e fenômenos coletivos. O que levantamos são, talvez, situações não constantes, mas ao menos recorrentes, a partir de casos diferentes, onde a análise permitirá fazer aparecer uma unidade.

Em relação à pesquisa quantitativa, **não podemos fazer uma pesquisa quantitativa falar mais do que ela pode dizer**. Podemos propor uma descrição das principais representações que certos atores fazem em relação a determinado problema, nem mais, nem menos, e das práticas que elaboram. Mas não podemos quantificar o que é colocado em evidência.

ALGUNS PROBLEMAS FORMAIS NA REDAÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS*

Para redigir é preciso: 1) ter algo a dizer; 2) ao escrever, submeter os pensamentos a alguma ordem que faça sentido. Em termos gerais, os aspectos a considerar seriam:

1. há certas ideias ou fatos que se quer comunicar;
2. tais ideias deverão ser plasmadas em palavras e expressões;
3. as palavras e expressões deverão ser englobadas em frases e parágrafos gramaticalmente corretos e dotados de clareza;
4. palavras, frases e parágrafos devem fluir de um/a para o/a outro/a, espelhando, em sua ordem de aparecimento no texto, um pensamento ordenado e lógico;
5. o que se escreve destina-se a um público específico com certas características e exigências (por exemplo: não é o mesmo escrever um email a um amigo e redigir uma comunicação destinada a ser apresentada quando de uma reunião científica).

Os defeitos de redação podem aparecer em qualquer dos pontos acima. O redator pode não ter claro o que pretende comunicar – ou, pior ainda, pode não ter nada a dizer. Neste último caso, naturalmente, não deveria redigir coisa alguma. Se tem algo a dizer, mas não o tem claro, deve primeiro esclarecer o que pensa e só então redigir. Seu vocabulário pode ser inadequado para uma redação acadêmica, ou muito pobre. Isto se corrige lendo textos de bons autores, bem como ouvindo pessoas de bom nível acadêmico, que dominem o vocabulário necessário, ou com elas trocando ideias: por exemplo, frequentando ou pelo menos acompanhando com atenção as reuniões científicas de seu setor de estudos. As frases e parágrafos podem violar as regras gramaticais estabelecidas – que não cabe a ninguém inventar enquanto escreve – ou ser pouco claras, seja por essa mesma, seja por outra razão. A gramática, como qualquer outra coisa, pode ser aprendida e treinada. A transição de um parágrafo ao seguinte talvez seja abrupta ou pouco lógica, ou a ordem de apresentação dos dados e argumentos quiçá não seja a melhor. O ordenamento desejável pode ser obtido mediante a confecção de um plano antes de começar a redigir: um plano assim segue algumas regras gerais que não são de aprendizagem muito difícil. Por fim, a redação possivelmente não se adéque ao tipo de público a que se destina, por estar plasmada, por exemplo, num registro coloquial da língua ao se tratar de um texto que deveria usar o registro erudito, formal,

* Extraído de: CARDOSO, C. F. *Metodologia da pesquisa*. Minicurso do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade – out. - nov. 2004.

do mesmo idioma. Nada impede o redator de esforçar-se no sentido de uma adequação do registro de seu texto ao público específico a que se dirige.

Resolver equações e redigir textos são coisas que funcionam segundo regras bem diferentes em cada caso. Em especial, a redação só tem normas flexíveis, todas elas conhecedoras, em alguns casos, de exceções legítimas. Por exemplo: embora a repetição de palavras deva ser evitada, ela é permissível em certas construções e deve empregar-se quando a clareza o exija. O uso pertinente das regras da redação depende do bom senso e do treinamento, que permitem ao autor achar a expressão mais adequada em cada ponto de seu texto.

Um dos conselhos mais úteis – talvez o mais útil de todos – que se podem dar a quem procura treinar uma boa redação é o seguinte: *ache e elimine as palavras inúteis*. Quase sempre, a releitura atenta de um texto permite encontrar palavras ociosas, com muita frequência adjetivos ou frases limitativas, detalhes inúteis ou excessivos, repetições das mesmas noções mediante palavras diferentes, explicações desnecessárias que insultam a inteligência do leitor ou ouvinte. Em todos estes casos, riscar o que sobra é uma excelente ideia.

Outros conselhos são os seguintes, sempre como regras gerais, pois todos admitem exceções:

- 1) prefira palavras curtas, simples e familiares; evite palavras longas e jargão;
- 2) prefira o termo concreto ao abstrato;
- 3) prefira o ativo ao passivo;
- 4) prefira a palavra única a uma locução equivalente composta de várias palavras;
- 5) prefira o vocabulário português consagrado a neologismos, anglicismos, galicismos, etc., bem como o vocabulário erudito ao coloquial ou chulo.

A expressão “na eventualidade de” pode, quase sempre, ser substituída com proveito por um simples “se” ou “caso”. Aquela locução é indireta, “eventualidade” é termo longo, “se” é muito mais inteligível de forma imediata, por ser termo usual e familiar da língua. Em português existe, na atualidade, o péssimo hábito de preferir o abstrato ao concreto. Assim, em lugar de “busca do lucro”, fala-se em “busca da lucratividade”, o que, além de pomposo, é jargão e anglicismo. Aliás, os anglicismos vicejam como erva daninha. Um dos mais praticados hoje em dia, originado num ambiente de economistas, é a expressão “demanda por” (do inglês *demand for*), em lugar do correto “demanda (ou procura) de”. Há também certa tendência a preferir o passivo ao ativo, como em “não fui comunicado”, expressão absurda gramaticalmente que se usa em vez de “não se me comunicou”, “não me comunicaram tal coisa”, ou, num passivo correto, “isto não me foi comunicado”. O passivo poderá preferir-se quando se desejar que a ênfase recaia numa ação genérica, sem sujeito definido, como em “alugam-se quartos” (com o sentido de “quartos são alugados”, não se querendo dizer por quem).

Na construção de frases e parágrafos, os conselhos principais podem ser os seguintes:

- 1) Cada parágrafo deve conter uma única afirmação ou noção central, situada na cláusula gramaticalmente principal do parágrafo; se ele contiver duas ou mais afirmações ou ideias importantes, divida-o em dois ou mais parágrafos.
- 2) Prefira quase sempre a ordem natural das palavras na frase (sujeito-predicado-complemento), evitando as inversões causadoras de ambiguidade.
- 3) Palavras que modificam ou qualificam outras, tais como adjetivos e advérbios, devem situar-se o mais perto que for possível dos termos que modificam ou qualificam, também neste caso para evitar possíveis ambiguidades ou uma forma tortuosa e pouco fluida de expressão.
- 4) O uso de pronomes que substituam outros termos deve ser objeto de cuidadoso planejamento, ainda aqui num esforço para evitar a ambiguidade.
- 5) As primeiras e as últimas palavras de um parágrafo atraem mais a atenção do que as demais: assim, o que se quer enfatizar no parágrafo deve vir no início ou no final, e não no meio dele.
- 6) Não introduza em excesso, num parágrafo, expressões ou frases que modifiquem ou qualifiquem as afirmações.
- 7) Quase sempre é preferível a forma mais breve à mais longa de armar frases e parágrafos; entretanto, a busca da brevidade não deve prejudicar a clareza.

Como se pode ver, muitas das regras se referem à eliminação da ambiguidade. Por exemplo, uma frase como “Os alunos devem apresentar-se no terreno de ginástica só de tênis” é ambígua devido a uma construção ruim, que, entre outras coisas, pode dar a entender que tais alunos devam aparecer nus (“só de tênis”). A frase, um aviso colegial, provavelmente pretendesse comunicar uma de duas coisas, ou ambas: “Só se admite o uso de tênis pelos alunos durante as aulas de ginástica”; ou “O uso de tênis pelos alunos é obrigatório nas aulas de ginástica”. Os pronomes substitutivos e o “que” podem facilmente causar ambiguidade. Por exemplo: “Eu vi os anúncios dos tênis Nike, de que não gostei”. Ou ainda: “Eu vi os anúncios dos tênis Nike, mas não gostei deles”. Em ambos os casos: a pessoa não gostou dos anúncios, ou dos tênis? O mesmo quanto a cláusulas do seguinte tipo: “Eu vi Ana sentada numa pedra com o tornozelo torcido” pode parecer involuntariamente cômico, ao sugerir uma pedra cujo tornozelo esteja torcido. A outra grande busca, que é a da concisão (e não “pela concisão”, vejam lá!), às vezes deve ceder o lugar a repetições, quando necessárias para garantir a clareza das afirmações. Num dos exemplos acima, seria melhor dizer “Eu vi os anúncios dos tênis Nike, mas não gostei desses tênis”, apesar da repetição da palavra “tênis”, pois em tal caso não haveria ambiguidade.

Se tratarmos agora do uso dos elementos gramaticais de conexão, os principais são:

- 1) partículas de conexão, como “e”, “mas”, “embora”, etc.;
- 2) advérbios e locuções de sentido adverbial, como “evidentemente”, “por exemplo”, “já que é assim”, “como veremos”, etc.;

- 3) pronomes e artigos (por exemplo, quando uma frase começa com “Ele” ou com “O homem em questão”, por exemplo, uma conexão está sendo estabelecida necessariamente com algo dito antes);
- 4) repetições gramaticalmente válidas (por exemplo, aquelas introduzidas pela palavra “tal”).

A conexão (eventualmente também separação ou oposição) entre partes integrantes do discurso depende dos elementos acima e também do bom uso da pontuação. Quanto aos elementos gramaticais de conexão, é preciso, antes de mais nada, aprender o que cada um deles de fato quer dizer, as gradações semânticas e lógicas que impliquem seu emprego. Uma questão mais geral é a seguinte: que grau de conexão deve estabelecer-se entre os elementos do discurso? Não existem regras fixas. Tanto se pode pecar pela ausência ou parcimônia excessiva das conexões e transições, tornando o discurso desconexo e, por conseguinte, obscuro, como pelo excesso de conexões. Existe, nos ouvintes e leitores, como em todos os seres humanos, algo que se conhece como *competência textual* e permite omitir algumas das conexões ou transições, deixando-as implícitas, sem prejuízo da compreensão. Quando se ouve ou lê “Soou um tiro. A ave caiu”, quem ouvir ou ler inferirá sem dificuldade, por si mesmo a, que a ave caiu *porque* foi atingida pelo tiro.

A articulação mais geral do texto depende de certo planejamento prévio, cujo detalhe necessário pode variar com a prática acumulada. Também neste ponto, as regras não são absolutas. Se, por um lado, é verdade que um texto acadêmico não planejado tende a ser mal organizado e pouco lógico em suas articulações, bem como na ordem de apresentação dos dados e argumentos, também é verdade que, enquanto se redige, novas possibilidades costumam apresentar-se, novas ideias – inclusive quanto ao ordenamento geral – podem surgir. Se tais elementos não previstos de início forem válidos e interessantes, não há razão alguma para não operar mudanças no planejamento inicial com a finalidade de introduzi-los.

Há autores que chegam ao resultado final mediante sucessivas e às vezes numerosas versões: reescrevem, portanto, seu próprio texto até que este os satisfaça. Pessoalmente, acho que isso é uma perda de tempo. Com alguma prática, é perfeitamente possível redigir o texto numa única versão, corrigindo-a, sem dúvida, com cuidado e, se for o caso, nela introduzindo algumas modificações – o que é bem diferente de produzir diversas aproximações antes da versão final e, também, um processo menos longo.

A releitura do texto produzido, para correção e polimento, é essencial. O melhor método consiste em deixar repousar o texto por alguns dias antes de proceder à mencionada releitura: se esta for feita imediatamente após terminada a redação, o autor não conseguirá perceber “de fora” o produto de seu trabalho e deixará de detectar problemas que, algum tempo depois, se lhe tornariam patentes ao reler.

Ao retomar o trabalho e reexaminá-lo para correções e ajustes, convirá formular para si mesmo certas perguntas:

1. Será que permaneci no interior de minha temática principal, sem introduzir recheios, irrelevâncias, detalhes excessivos, desenvolvimentos colaterais? Ou o desenvolvimento dos tópicos centrais é suficiente?
2. Cada parágrafo do texto é uma unidade natural e equilibrada, bem situada no conjunto? Existem tópicos fora de contexto, aparentemente isolados ou irrelevantes?
3. Minhas frases são concisas e diretas, ou longas demais e tortuosas? Seu sentido é sempre claro? Todos os pronomes substitutivos usados têm de fato um antecedente?
4. Serei capaz de definir cada palavra que usei, sem exceção? Empreguei na maioria dos casos termos concretos e usuais, evitando modismos, jargão e termos vagos?
5. O efeito geral do texto é o pretendido ao planejá-lo? Não haverá partes maçantes ou pesadas?
6. Uma pessoa não especializada no assunto entenderá o meu texto? As afirmações nele contidas estarão suficientemente apoiadas em dados, exemplos e outros elementos imprescindíveis?

ALGUMAS DICAS DE ESTILO PARA A REDAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

1. Redação técnico-científica: algumas sugestões para o aprimoramento de textos científicos

Disponível em:

<[http://www.cnpa.embrapa.br/rbof/artigos/912005010_rbof,9\(1-3\),957-967,2005.pdf](http://www.cnpa.embrapa.br/rbof/artigos/912005010_rbof,9(1-3),957-967,2005.pdf)>

2. Notas e reflexões sobre redação científica

Disponível em:

<http://www.hottopos.com/regeq2/notas_e_reflex_sobre_reda.htm>

PLÁGIO ELETRÔNICO E ÉTICA

José Palazzo M. de Oliveira
<<http://palazzo.pro.br>>
2 de dezembro de 2005

Tenho sempre defendido um uso adequado do *copyright*. Esta é a posição que defendi na crônica *Publicações Livres*, onde apoiei a liberdade de publicação na Web; na crônica *Segredo na Pesquisa*, procurei demonstrar os efeitos daninhos da apropriação do conhecimento por grupos econômicos ou acadêmicos. Por outro lado sempre defendo a necessidade de ética na pesquisa e no ensino; em minha página da Universidade incluí uma página denominada Código de Honra, onde saliento a necessidade de trabalho individual sem apropriações indébitas de trabalhos de outros. Uma frase de efeito, atribuída a Isaac Newton, condensa esta posição: “In the sciences, we are now uniquely privileged to sit side by side with the giants on whose shoulders we stand.” Aliás, uma parte desta frase foi tomada como mote pelo *Scholar Google*, acho que para balizar o uso correto deste serviço.

Estas reflexões e a minha página sobre a honra surgiram devido a uma série de fatos em que, infelizmente, estive envolvido. Todo professor sabe que a “cola” é um elemento inevitável no ensino, há sempre um momento de fraqueza quando alguns alunos caem em tentação de achar caminhos mais fáceis. Mas a situação está se tornando muito difícil. Vamos ver os fatos a que me referi, estou citando sem ordem cronológica para evitar identificação: uma proposta de tese de doutorado em que a pessoa copia cerca de 10 páginas de outro aluno; uma dissertação de mestrado em que o candidato (reprovado) utiliza um *software* comercial como se fosse sua contribuição; alunos da graduação que copiam códigos completos da Web em um trabalho de disciplina; dois orientandos que entregam para seu orientador um artigo em inglês para envio a um congresso, o artigo volta, pois o *chair* submeteu-o a um verificador de plágio, e mais de 55% eram textos achados na Web; um aluno de especialização que apresenta a proposta de trabalho de conclusão copiado totalmente de duas fontes na Web; um aluno de mestrado que apresenta uma dissertação idêntica a um trabalho individual de mestrado! Basta! Tudo isso ocorreu em vários anos (recentes) e em várias Universidades. Será que estou “carregado” ou esta é uma situação geral? Acho

que é geral, vocês já fizeram esta consulta? Olhem só o número de ofertas de desenvolvimento de trabalhos acadêmicos! Há algo de muito errado em nossa sociedade.

Uma das origens destas atitudes pode estar na ganância de produtores de material com *copyright*, que estimula a “cópia alternativa”, um eufemismo para a pirataria de músicas, de *software* e de outros materiais digitais. Aí entra a defesa da liberdade de publicação e de copiar, legalmente, partes de código. Acho que uma analogia pode ser feita com a Lei Seca: uma visão fundamentalista e míope levou à expansão desenfreada do gangsterismo na década de 30 nos USA. O mesmo acontece com o uso imoderado de “direitos” sobre material cultural. Isto não é uma defesa da pirataria, é uma constatação de como começa o processo.

Esta ganância levou a partes significativas da sociedade a achar normal “copiar” material digital. O afrouxamento do respeito pela propriedade, ou melhor, pelo direito de autoria, está levando grande parte de nossos alunos a acharem normal copiar conteúdos acadêmicos e, o que é pior, a nem tomarem consciência de que essa cópia é fraude, e séria! Inicialmente, essa cópia usada como uma defesa do cidadão passa a ser um comportamento fraudulento quando as barreiras éticas cedem; então “tudo é permitido”.

Em um texto no Blog citei a defesa de que “Copiar e recombinar deveriam ser direitos inalienáveis de todo ser vivo”, tal como foi apresentada em uma palestra no XXV Congresso da Sociedade Brasileira de Computação. Essa apresentação deixou muito clara qual a diferença entre a atitude criadora e a cópia ilegal. Uma posição criteriosa e não gananciosa de respeito da propriedade cultural, acho, não nos teria levado a este ponto. Toda esta reflexão surgiu quando li essa notícia Detetives digitais caçam plagiadores *online* da Agência Estado. Existe, também, outro serviço (e devem existir muitos outros mais), o *Plagiarism*, que trata deste assunto (consulta em inglês). Acho que está na hora de lançarmos uma campanha nacional nas Universidades sobre o tema. Não é absolutamente aceitável a cópia de trabalhos alheios sem sua citação. É preciso uma campanha educativa e, ao mesmo tempo, uma repressão enérgica. Por um lado é essencial que deixemos claro para nossos alunos que cópias sem dar os créditos é errado. Isso deve ser feito desde pequenas coisas, como colocar figuras em trabalhos acadêmicos sem citação da fonte; esses pequenos detalhes são a origem da insensibilização para cópias maiores. Na UFRGS, foi adotado o código disciplinar discente, citado em minha página sobre a honra, que pune essas atitudes.

Por uma campanha de Respeito e Integridade Acadêmica. Esta pode ser nossa contribuição para melhorar o País nesta hora de falta de integridade moral e de liberação da fraude!



- 1. INSTRUMENTALIZAÇÃO PARA O ENSINO A DISTÂNCIA**
Mára Lúcia Fernandes Carneiro

- 2. DINÂMICA E DIFERENCIAÇÃO DE SISTEMAS AGRÁRIOS**
Lovois de Andrade Miguel (Org.)

- 3. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO**
Marcelo Antônio Conterato
Eduardo Ernesto Filippi

- 4. TEMÁTICAS RURAIS: DO LOCAL AO REGIONAL**
Roberto Verdum
Luiz Fernando Mazzini Fontoura

- 5. MÉTODOS DE PESQUISA**
Tatiana Engel Gerhardt
Denise Tolfo Silveira (Orgs.)

Impressão:
Gráfica da UFRGS
Rua Ramiro Barcelos, 2500 - Porto Alegre, RS
Fone/Fax (51) 3308-5083
grafica@ufrgs.br
www.grafica.ufrgs.br

Editora da UFRGS • Ramiro Barcelos, 2500 – Porto Alegre, RS – 90035-003 – Fone/fax (51) 3308-5645 – editora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br • Direção: Sara Viola Rodrigues • Editoração: Paulo Antonio da Silveira (coordenador), Carla M. Luzzatto, Fernanda Kautzmann, Luciane Delani, Maria da Glória Almeida dos Santos e Rosângela de Mello; suporte editorial: Samir Duarte da Silva e Tales Gubes Vaz (bolsistas) • Administração: Najára Machado (coordenadora), Angela Bittencourt, Laerte Balbinot Dias, Jaqueline Trombin e Valéria da Silva Gomes; suporte administrativo: Getúlio Ferreira de Almeida, Janer Bittencourt • Apoio: Idalina Louzada e Laércio Fontoura.

